

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM MUSEOLOGIA NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO:

O IMPACTO DO PROGRAMA EM MUSEUS  
PORTUGUESES (1964-1973)

**ANNA LAUDICEA ITABORAI ECHTERNACHT**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Bacharel em Museologia. Mestranda em Museologia e Patrimônio pelo PPG-PMUS / UNIRIO / MAST.  
e-mail: annaitaecht@hotmail.com

**IVAN COELHO DE SÁ**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Museólogo. Doutor em Artes Visuais. Professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor da Escola de Museologia e do PPG-PMUS / UNIRIO / MAST. Coordenador do NUMMUS.  
e-mail: ivansamus@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p170-201>

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM MUSEOLOGIA NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO: O IMPACTO DO PROGRAMA EM MUSEUS PORTUGUESES (1964-1973)

ANNA LAUDICEA ITABORAI ECHTERNACHT, IVAN COELHO DE SÁ

### RESUMO

Na esteira do debate sobre formação profissional no campo da Museologia, é tempo de analisar o percurso da pós-graduação *stricto sensu* em Museologia no Brasil, buscando, em um primeiro momento, identificar as iniciativas realizadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, a partir da constituição da Museologia como campo disciplinar. Neste artigo, tentaremos colaborar com um recorte deste mapeamento ao examinar um conjunto de documentos, localizados no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/CCH/UNIRIO), relativos às bolsas de estudo financiadas por entidades públicas e privadas de Portugal no âmbito da pós-graduação durante as décadas de 1960 e 1970. Essas bolsas de estudo foram contempladas por egressos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN) nas diversas interfaces do campo da Museologia.

### PALAVRAS-CHAVE

Museologia. Ensino. Bolsa de estudo.

## **MUSEOLOGY VOCATIONAL TRAINING IN POSTGRADUATE PROGRAMM STUDIES: IMPACT IN PORTUGUESE MUSEUMS (1964-1973)**

ANNA LAUDICEA ITABORAI ECHTERNACHT, IVAN COELHO DE SÁ

### **ABSTRACT**

In the wake of the debate on vocational training in the field of Museology, it is time to analyze the graduate course in Museology in Brazil, searching, at first, to identify the initiatives carried out during the 1960s and 1970s, from the constitution of Museology as a disciplinary field. In this article, we will try to cooperate with a cut in this mapping to examine a set of documents, located in Museology Memory Center in Brazil (NUMMUS/CCH/UNIRIO), relating to scholarships funded by public and private entities in Portugal within the graduate during the 1960s and 1970s. These scholarships were granted by the graduates from the Museum Course of the National Historical Museum (MHN) in the various interfaces of the field of Museology.

### **KEYWORDS**

Museology. Education. Scholarship.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia no Brasil teve uma trajetória descompassada, contrastando com o ensino de graduação, institucionalizado em 1932 e com mais de 85 anos de oferecimento ininterrupto. As primeiras experiências datam do final da década de 1970 e restringem-se ao nível *lato sensu*: o Curso de Especialização em Museologia, da Fundação Escola de Sociologia Política, criado por Waldisa Russio Guarnieri, em atividade entre 1978 e 1992; o Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que funcionou entre 1982 e 1986; e o Curso de Pós-Graduação em Administração de Museus, da Universidade Estácio de Sá, ativo entre 1986 e 1992.

Identifica-se também a criação ou tentativas de criação de uma quantidade expressiva de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Museologia em vários estados brasileiros<sup>1</sup> entre a década de 1980 e os primeiros anos da década de 2000 — notadamente antes do lançamento da Política Nacional de Museus — evidenciando, assim, a ausência de estímulo à ex-

1. Foram levantados, por meio da Plataforma Lattes, os cursos de especialização em Museologia nas instituições a seguir: EMBAP/UNESPAR, Instituto Butantan, MAE-USP, PUC-RS, UEMG, UFAM, UFG, UFMA, UFPB e UFRGS. Optou-se por não determinar o período de funcionamento para não incidir em possíveis dados equivocados.

pansão de atuação profissional dos bacharéis em Museologia — fartamente localizados no Rio de Janeiro, formados pela Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e em Salvador, pelo Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia — e, conseqüentemente, a carência de museólogos nos outros estados brasileiros. Grande parte desses cursos tinha como público-alvo o pessoal já atuante nos museus e centros culturais e acreditamos que o objetivo principal deles era justamente adequar e sensibilizar o olhar destes profissionais às questões da Museografia e da Museologia, a fim de que pudessem “suprir” a falta dos profissionais graduados em Museologia nestes espaços.

A partir dos anos 2000, ocorreram importantes avanços no que se refere aos níveis de mestrado e doutorado. Em maio de 2006, foi implantado o primeiro programa *stricto sensu* em Museologia da América Latina: o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), uma parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Em 2012, foi implantado o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, na Universidade de São Paulo (USP); seguido, em 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); em 2014, pelo Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, no MAST; e, em 2015, pelo Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia, na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

O parágrafo anterior pode levar a uma primeira leitura de que o desenvolvimento da formação acadêmico-profissional em Museologia fora linear e gradual até o início do século XXI. No entanto, da mesma forma em que tem havido esforço para compreender a constituição do pensamento museológico brasileiro, tanto no espaço dos museus quanto na esfera do ensino em nível de graduação — sob a perspectiva da investigação em fontes primárias —, é tempo de identificar e organizar os antecedentes relativos à busca da pós-graduação em Museologia. Grande parte destas pesquisas tem sido viabilizada graças às coleções salvaguardadas pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), que, após um decênio de existência, possui um acervo estimado em quase 30.000 itens, distribuídos em cerca de 70 coleções, procedentes, em sua maioria, de museólogos, ex-alunos e ex-professores do antigo Curso de Museus do

Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia da UNIRIO.

A despeito das lacunas ainda existentes na “biografia” da Museologia, o objetivo central do NUMMUS é empreender o exercício de autoconhecimento sobre a constituição epistemológica do museólogo, bem como de reconhecimento da trajetória histórica das experimentações e transformações, partindo do binômio reflexão-ação deste profissional, um dos fatores essenciais para a consolidação do campo da Museologia no país. No caso apresentado, isto é, os antecedentes da pós-graduação, a proposta é contribuir proporcionando consistência aos debates e reflexões sobre a constituição da Museologia como um campo de conhecimento independente, pautado em fundamentos e metodologias específicas, e, bem como nos lembra SCHEINER (2012), “a análise dos limites e das interfaces com outros campos”, com grande potencial transfronteiriço com a Conservação, a História, a Geografia, a Comunicação, a Educação, a História da Arte, a Sociologia, a Filosofia e a Ciência da Informação.

Desde o momento em que foram levantadas as primeiras fontes, não pudemos identificar nenhuma literatura específica sobre a matéria. Portanto, tem sido feita uma varredura das fontes primárias existentes para a elaboração de uma cronologia da pós-graduação em Museologia no Brasil, a fim de analisá-las sintonizando-as às demandas de seu tempo e dos organismos sociais, bem como às políticas públicas, seja em âmbito regional, nacional ou internacional.

Aqui tentaremos colaborar com um recorte deste mapeamento, ao nos debruçarmos sobre as bolsas de pós-graduação, fomentadas por iniciativas públicas e privadas, oriundas de Portugal durante as décadas de 1960 e 1970, e de que se beneficiaram egressos do Curso de Museus.

## 2. O PERFIL ACADÊMICO DOS EGRESSOS EM MUSEOLOGIA NO BRASIL (1932-1973)

Primeiramente, é necessário lembrar que, entre 1932 e 1969, no que tange ao ensino superior em Museologia no país, havia apenas o Curso de

Museus do MHN<sup>2</sup>. Somente em 1970 foi inaugurado o segundo Curso de Museologia no Brasil, na UFBA, tendo sido formada sua primeira turma em 1973. Assim, delimitaremos a verificação dos currículos num espaço de 40 anos, isto é, desde a formatura da primeira turma, em 1933, até 1973, ano coincidente com o declínio da oferta das bolsas portuguesas.

De acordo com Sá e Siqueira (2007), no período compreendido entre 1933 e 1973, 594 pessoas formaram-se pelo Curso de Museus, e, deste universo de egressos, apenas 6,5% (39 egressos) prosseguiram com estudos pós-graduados nos níveis reconhecidos no Brasil: Especialização, Mestrado, Doutorado e Livre-Docência.

No quadro abaixo, podem ser verificados os diplomados entre 1933 e 1973 que deram continuidade à carreira acadêmica, bem como o nível mais elevado alcançado e a área de conhecimento eleita por cada um:

QUADRO 1 – Egressos do Curso de Museus com carreira acadêmica (1932-1973) <sup>3</sup>			
TURMA	NOME	NÍVEL MAIS ELEVADO	ÁREA
1933	GUY DE HOLLANDA	Doutorado (1960)	Direito
1935	LUIZ DE CASTRO FARIA	Livre-Docência (1949)	Antropologia / Etnografia
1938	ALFRED THEODOR RUSINS	Doutorado (1938) Doutorado (1939)	Filosofia Direito
1940	MARIO ANTONIO BARATA	Doutorado (1954)	História da Arte
1946	MARIA HELENA NOVAES (MIRA)	Doutorado (1968) Livre-Docência (1974)	Psicologia
1956	FRANCISCO JOSÉ FALCON	Livre-Docência (1976)	História
1956	FERNANDA DE CAMARGO E ALMEIDA <sup>4</sup>	Doutorado (1973)	Arqueologia

Continua

2. O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional fora criado em 1932, por meio do Decreto nº 21.129, de 07/03/1932. Em 1943, por meio de decisão do Processo nº 81.831/1943, do Conselho Nacional de Educação, o diploma do Curso de Museus passou a ser emitido pela Diretoria do Ensino Superior, abrangendo o período retroativo a sua criação. Em 1948, através do Parecer nº 455, de 1948, o mesmo curso foi reconhecido como Curso de Ensino Superior. Em 1951, foi outorgado com Mandato Universitário pela então Universidade do Brasil, atual UFRJ (DOU 20/07/1951, Seção 1, p. 10.842). Em 1977, foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, sendo renomeado, em 1979, em Curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), e, desde 1991 à atualidade, Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

3. Dados levantados com base em SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

4. Fernanda de Camargo Almeida Moro.

QUADRO 1 – Egressos do Curso de Museus com carreira acadêmica (1932-1973) <sup>3</sup> Continuação			
TURMA	NOME	NÍVEL MAIS ELEVADO	ÁREA
1958	MARIA DO CARMO PINTO (WOLLNY)	Mestrado (1955)	Filologia
1961	MARIA GABRIELLA PANTIGOSO	Especialização (1973-75-77)	Antropologia
1962	BEATRIZ PELLIZZETTI (LOLLA)	Doutorado (1980)	História
1962	SÉRGIO GUIMARÃES DE LIMA	Livre-Docência (1974)	História
1963	ALMIR PAREDES CUNHA	Livre-Docência (1974)	História
1965	MARIA DE LOURDES P. HORTA	Doutorado (1992)	Museologia
1965	NEUSA FERNANDES	Doutorado (2000)	História
1965	VERA LÚCIA BOTTREL (TOSTES)	Mestrado (1989)	História
1967	LÉA DE OLIVEIRA PAULA	Mestrado (1985)	História
1967	SÔNIA GOMES PEREIRA	Doutorado (1992)	Comunicação
1969	ANTONIO CARLOS DE CARVALHO	Doutorado (2008)	História
1969	MARIA LOURDES NAYLOR ROCHA	Doutorado (2006)	Artes Cênicas
1970	MAGALY CARDOSO OBERLAENDER	Mestrado (2002)	História da Arte
1970	VERA LÚCIA AZEVEDO SIQUEIRA	Mestrado (2003)	Educação
1970	TEREZA C. MOLETTA (SCHEINER)	Doutorado (2004)	Comunicação
1971	ANA LÚCIA DE CASTRO	Doutorado (2002)	Ciência da Informação
1971	CARMELA RAPUCCI	Especialização (1977)	História da Arte
1971	INGRID BECK	Mestrado (2006)	Ciência da Informação
1971	LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM	Doutorado (1991)	Antropologia
1971	THEREZA BAUMANN	Doutorado (2001)	História
1971	VILMA FARIA R. D'ALMEIDA	Especialização (1987)	Ciência Política
1971	YARA MATTOS	Doutorado (2004)	Educação
1972	ANA CRISTINA PEREIRA VIEIRA	Especialização (1986)	Adm. em Museus
1972	ICLEIA THIESEN	Doutorado (1997)	Ciência da Informação
1972	MARIA REGINA MARTINS BATISTA	Mestrado (1992)	Antropologia
1972	REJANE MARIA DA SILVA LOBO	Doutorado (2007)	História
1973	ÂNGELA MARIA VALLE DA CUNHA	Mestrado (2000)	História
1973	ELIANE VASCONCELLOS FONTES	Doutorado (1990)	Literatura
1973	HELOÍSA HELENA GONÇALVES	Doutorado (2000)	Sociologia
1973	JUREMA DA COSTA SECKLER	Especialização (1979)	Conservação e Restauro
1973	JUNIA COSTA (GUIMARÃES E SILVA)	Doutorado (2003)	Ciência da Informação
1973	LIANA RUBI TERESA DE OCAMPO	Mestrado (1984)	Educação

Destes 6,5%, podemos identificar alguns elementos de análise de formação acadêmica do egresso no período em questão. Entre os museólogos formados de 1933 ao final dos anos 1950, há incidências de egressos que, apesar de terem concluído o curso, migraram para outras áreas por meio de outras graduações e/ou da pós-graduação, como Antropologia, Psicologia, História e Filologia, como foram os casos, respectivamente, de Luiz de Castro Faria (Turma de 1935), Maria Helena Novaes Mira (Turma de 1946), Francisco Falcon (Turma de 1956) e Maria do Carmo Wollny (Turma de 1958) (MIRA, 2004). A princípio podemos identificar a busca pela pós-graduação destes egressos migrantes indicando não somente a incipiência no que diz respeito à formação, mas também ao mercado de trabalho nas áreas dos Museus e do Patrimônio, bem como do campo da Museologia.

Em relação aos diplomados nas décadas de 1960 e 1970 pelo ainda denominado Curso de Museus, aumenta a procura por especializações, cursos de aperfeiçoamento e programas de pós-graduação em áreas de conhecimento correlatas às disciplinas da estrutura curricular do curso, tais como História, História da Arte, Antropologia, Conservação de Bens Culturais e Comunicação.

Esta tendência sinaliza uma expansão do mercado de trabalho e uma predisposição em permanecer no campo da Museologia por meio do aprimoramento profissional. Por outro lado, esta “corrida por titulações” converge para as propostas do novo modelo universitário adaptado do modelo norte-americano — sobretudo no que diz respeito à departamentalização das instituições, ao plano de carreira — adotado no final da década de 1960 para o desenvolvimento das universidades e escolas isoladas no Brasil por meio da Lei 5.540/1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. De acordo com a lei, no capítulo II, relativo à carreira docente, extingue-se a cátedra, cedendo lugar à carreira por titulações de pós-graduação regulamentadas pela CAPES (NUNES SOBRINHO; ZINN, 2000).

No bojo das Ciências Humanas e Sociais, esta movimentação é tardia. Entretanto, a partir da década de 1990, após o “estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional”, por meio da Lei 9.394/1996, torna-se cada vez mais indispensável a necessidade de formar mestres e

doutores para o magistério superior. Nunes Sobrinho e Zinn (2000) esclarecem este relativo atraso em relação à formação profissional de alto nível nas áreas de conhecimento ligadas às Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Letras e Artes, fundamentados na prioridade governamental de fortalecer a base técnico-científica, sobretudo o segmento de Tecnologia, Biotecnologia e Informação. Formação profissional era uma das bases dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs) e significava seguir uma lógica de estratégia e mercado.

Lembremos que a pós-graduação, no modelo que conhecemos hoje, foi inaugurada no Brasil em 1970, após sucessivas leis e decretos sancionados durante a grande reforma universitária<sup>5</sup> ocorrida entre os anos de 1965 e 1970, primeiros anos do Regime Militar. Para a implantação dos programas de pós-graduação nas áreas em que ainda não era tradição formar mestres e doutores, era necessário formar livres-docentes para a constituição de um corpo de professores qualificado a transitar e exercer com plenitude as demandas da pós-graduação. Foi o caso de Almir Paredes Cunha, em 1974, e de Francisco Falcon, em 1976, quando ambas as outorgas de Livre-Docência foram realizadas no Curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No âmbito do Curso de Museologia da UNIRIO, a procura dos docentes pelo aperfeiçoamento acadêmico se intensifica nas décadas de 1980 e 1990. Em 1992, Sônia Gomes Pereira<sup>6</sup> (Turma de 1967) passa a ser a primeira professora do Curso de Museologia da UNIRIO com título de doutorado em Comunicação. A partir de então, vários docentes formados pelo Curso de Museus/Curso de Museologia passam a obter títulos de mestrado e doutorado. Dentre os egressos do período em questão, desta-

5. Ver Decretos: nº 63.343/1968, nº 64.085/1969, nº 65.310/1969 e nº 67.348/1970. Senado Federal.

6. Sonia Gomes Pereira: graduada em Museologia pelo Curso de Museus (1967), mestre em História da Arte na University of Pennsylvania (1976) e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Fez pós-doutorado no Laboratoire du Patrimoine Français/CNRS em Paris (2000). É professora titular da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1A do CNPq. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em História da Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: arte brasileira do século XIX, academia, ensino artístico, Rio de Janeiro, cidade e urbanismo.

ca-se Tereza Scheiner<sup>7</sup> (Turma de 1970), posteriormente responsável pela implantação do PPG-PMUS/UNIRIO/MAST.

Com base nos dados apresentados, observamos que nas primeiras décadas de constituição do campo da Museologia no Brasil — leia-se entre 1932 e final da década de 1970 — as demandas para atuação profissional superaram os pré-requisitos de formação acadêmica, o que pode justificar 1) o movimento tardio dos museólogos — então denominados conservadores de museu — em dar continuidade ao aperfeiçoamento profissional, e, conseqüentemente, 2) a morosidade na criação de programas de pós-graduação voltados aos estudos de Museologia e do Patrimônio, pois ainda não se constituíam como campos por haver somente um curso de graduação na área e, por este motivo, 3) haver um número bastante reduzido de museólogos em atividade.

É relevante acrescentar que, com a criação da Associação Brasileira de Museologistas (ABM), em 1963, iniciaram-se os debates em torno das atribuições profissionais do museólogo, sua formação e suas possibilidades de mercado de trabalho, movimento que se estenderia por 20 anos e culmina com a sanção da Regulamentação da Profissão de Museólogo (Lei 7.287/1984). Com relação à problemática da formação acadêmica, os debates promovidos pela ABM suscitaram a discussão em torno do programa curricular do Curso de Museus, bem como da oferta de apenas um curso de graduação e da inexistência de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Em 1965, no IV Congresso Nacional de Museus, promovido pela Organização Nacional do ICOM (ONICOM), sob o patrocínio do Estado da Guanabara e realizado no MHN, o tema em questão foi “A formação profissional dos técnicos superiores em Museus”, cujo programa buscou contemplar o debate em torno da necessidade da pluralização dos cursos de Museologia no país e do aprimoramento profissional dos museólogos e dos profissionais de Museus oriundos de outras áreas. No temário divulgado pela comissão organizadora do evento, lê-se um convite aos participantes para a elaboração de propostas de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia.

7. Tereza Cristina Moletta Scheiner: graduada pelo Curso de Museus (1970) e em Geografia pela UERJ (1973-1974), mestre (1996-1998) e doutora (2000-2004) em Comunicação e Cultura, pela ECO-UFRJ. Chefe do DEPM (1990-1992) e diretora da Escola de Museologia (1994-2000), implantou o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (2006).

Urge, pois, reestruturar êses (sic) cursos dentro das necessidades da vida profissional e das condições firmadas pela vida universitária no país. A flexibilidade das universidades de hoje, abrindo-se à **criação de novos cursos e ampliação dos respectivos currículos**, está oferecendo margem a um trabalho nesse sentido. **É de se esperar que o presente Congresso, incitando ao estudo e aos debates da matéria se encerre com conclusões definidas, que venham a servir de base à reformulação necessária dêsse (sic) curso especializado, ou à criação de outro curso paralelo dentro da universidade.** (TEMÁRIO DO IV CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS. MHN, 1965. grifo nosso)

Na ocasião, os então recém-doutores Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes e Walter Zanini apresentam a comunicação “Observações sôbre a situação atual da formação de museólogos no Brasil” e propõem, na esteira da discussão para nova legislação voltada à pós-graduação no Brasil, a criação de um curso de mestrado em Museologia e Museus de Arte, mas não obtêm anuência dos presentes, provavelmente porque os proponentes defendem a formação do profissional de museus em nível de pós-graduação, conforme a tendência europeia e norte-americana, contrariando a tradição do Curso de Museus, um curso de graduação então consolidado havia 33 anos no incipiente campo da Museologia brasileiro e criado no local-sede daquele Congresso.

A única solução sensata, legítima e eficaz para a formação de museólogos estaria num curso de pós-graduação, de nível universitário. O fundamento desta escolha está na seguinte consideração: o museólogo não é um funcionário especializado num museu, mas sim um especialista em determinado domínio de cultura e que se preocupa com o problema da documentação e como tornar disponível, por intermédio de museu, esse domínio de cultura. [...] limitar-se a formação do museólogo a estágio em museu após um curso universitário regular seria insuficiente e [...] contraproducente, já que circunstâncias diversas impedem que a maioria dos museus brasileiros possam enquadrar-se dentre os melhores cânones da Museologia. A solução de um curso especial de nível universitário [...] é também contraproducente, por se assentar em bases ainda não suficientemente sólidas. (MENESES; ZANINI, 1965)

No entanto, exatamente neste contexto das décadas de 1960 e 1970, insere-se um fenômeno que deve ser analisado em particular: o programa de bolsas financiado por iniciativas públicas e privadas de entidades portuguesas. No próximo item, este assunto será a tônica da discussão, subsidiada por fontes primárias encontradas nas coleções do NUMMUS, bem como por matérias de jornais acessadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e por documentos disponíveis no repositório da Fundação Mário Soares, de Portugal.

### 3. AS BOLSAS PORTUGUESAS E O IMPACTO NO CAMPO PROFISSIONAL DA MUSEOLOGIA (1964-1974)

Em uma discreta nota do Correio da Manhã, de 15 de janeiro de 1964, na seção de Ensino do Segundo Caderno, lia-se, em letras miúdas, em negrito, sob o título “Bôlsas em Portugal”, uma chamada dos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal no Brasil. A discreta matéria divulgava o edital de oferta de 40 bolsas de estudo nos principais centros de investigação de Portugal, em nível pós-graduado, sob a forma de estágio ou seminário<sup>8</sup>.

Essas bolsas inseriam-se em um pacote de iniciativas de cooperação entre Brasil e Portugal no âmbito das comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, iniciadas em 1963 e que se estenderam até 1966. No que diz respeito à cultura, uma das primeiras ações desta parceria pôde ser detectada na visita empreendida ao Rio de Janeiro pela então diretora do Museu dos Coches, Maria José de Mendonça, em agosto de 1964. Essa visita foi marcada por uma série de palestras e reuniões com diretores de museus e de instituições voltadas ao patrimônio, localizadas tanto no Rio de Janeiro como em Belo Horizonte, Salvador e Recife. Nos anos de 1965 e 1966, foram promovidos vários eventos reunindo conservadores portugueses e brasileiros, com a participação dos professores e pesquisadores Mário Chicó (Museu de Évora), João Manuel Bairrão Oleiro (Museu de Conimbriga), António Manuel Gonçalves (Museu de Aveiro), Maria Teresa Gomes Ferreira (Museu da Fundação Calouste Gulbenkian), Adriano de Gusmão (Museu Nacional de Machado de Castro), Madalena Cabral (Museu Nacional de Arte Antiga) e a já citada Maria José de Mendonça. Foram apresentados e debatidos temas sobre Museus Portugueses, Museologia,

8. CORREIO DA MANHÃ. 2º Caderno. Rio de Janeiro, 15 Jan. 1964.

História da Arte e Conservação-Restauração de Bens Culturais. Na ocasião, o Prof. Mario Chicó, historiador da arte, apresentou uma proposta de Curso de Museologia para a recém-criada Universidade de Brasília, situada na nova capital do Brasil. O documento, apesar de não deixar claro, contém as características de um curso de especialização em Museologia, uma vez que é direcionado para licenciados (no Brasil, leia-se graduados) em Arte, Letras ou Ciências. As disciplinas foram divididas em dois anos: o primeiro ano, um Curso Geral, no qual seriam ministrados conteúdos voltados ao que foi denominado a) Museologia Geral, b) Organização e Exposição das Coleções e c) Arquitetura e Equipamento; o segundo ano compunha um Curso Especial, cujos grupos seriam distribuídos por área de interesse: a) museus de arte, história e etnografia ou b) museus de ciência.

QUADRO 2 - Proposta de Mário Chicó para criação de Curso de Especialização em Museologia na Universidade de Brasília (1965) <sup>9</sup>				
<b>1º ano (Curso Geral)</b>	<b>Obrigatórias</b>	a) <b>Museologia Geral (2 semestres)</b> História e tipos de museus de arte, história e etnografia e museus científicos Museus Nacionais e Museus Regionais b) <b>Organização e Exposição das Coleções (2 semestres)</b> Seleção e catalogação de espécies, livros de registro, e fichas descritivas bibliográficas, iconográficas e fotográficas; Tipos de letreiros e etiquetas; Apresentação das espécies, obras destinadas às salas de exposição, às galerias de estudo e aos depósitos visitáveis; Colocação de obras-eixos e das obras secundárias das coleções c) <b>Arquitetura e Equipamento (2 semestres)</b> Tipos de salas e de galerias de exposição; Iluminação e circulação de museus de arte, história, etnografia e museus científicos; Material de exposição; Bibliotecas, salas de estudo e conferências, depósitos, serviços e administrativos		
		a) Conservação e Protecção de Monumentos, das Obras de Arte e de Documentos Históricos e Etnográficos (2 semestres); b) Função social dos Museus de Arte, História e Etnografia (2 semestres).	a) Conservação das espécies dos Museus Científicos (2 semestres); b) Função social dos Museus Científicos (2 semestres).	
<b>2º ano (Cursos Especiais)</b>	<b>Optativas</b>	a) Paleografia (2 semestres) b) Numismática e Esfragística (2 semestres)	a) História e Técnicas da Gravura (2 semestres) b) Iconologia (2 semestres)	a) Antropologia Cultural (2 semestres) b) Etnografia (2 semestres)

9. “Curso de Museologia na Universidade de Brasília”, Fundação Mario Soares. Pasta Mario Chicó. Casa-Comum.org. Disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_119930](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_119930)>. Acesso em: 15 Abril 2016.

Ao verificarmos o documento apresentado por Mario Chicó, percebemos que a estrutura do curso se assemelha muito à Matriz Curricular do Curso de Museus de 1944, liderada por Gustavo Barroso e implantada em 1945, tanto pela similaridade do vocabulário quanto pela prioridade de conteúdos a serem ministrados, sobretudo se compararmos tal documento com o texto “Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração”, que compõe os cinco capítulos do primeiro volume (Parte Geral e Básica) de *Introdução à Técnica de Museus*, publicado em 1946 por Barroso. (BARROSO, 1946)

Na proposta de Chicó, existe uma preocupação em enfatizar, nas disciplinas obrigatórias, o funcionamento organizacional de um museu e os métodos de execução do que ele entende como as atividades primordiais do museólogo — organização, exposição e conservação. Todavia, ele não menciona documentação, talvez por entender que esta não fosse uma função deste profissional. As disciplinas optativas do curso pensado por Chicó se aproximam muito das disciplinas que eram oferecidas pela mesma matriz — Paleografia, Numismática, Esfragística (Sigilografia) e Iconologia (Iconografia), são algumas das disciplinas que compõem o segundo volume (Parte Especializada) de *Introdução à Técnica de Museus*, publicado um ano após o primeiro (BARROSO, 1947).

Apesar das semelhanças, dois aspectos distinguem a proposta de Chicó da estrutura curricular implantada por Barroso. O primeiro diz respeito aos conteúdos voltados à Função Social dos Museus. Enquanto Barroso fez alguns breves comentários ao longo do texto do primeiro volume, a proposta portuguesa contemplou uma disciplina especificamente voltada para o tema, inclusive dividindo-a em duas linhas de interesse: uma para museus de arte, história e etnografia e outra para museus de ciência. Aliás, os museus de ciência são a segunda especificidade que distingue as duas estruturas. Até aquele momento, no campo museal brasileiro, o predomínio do corpo de trabalho era composto de antropólogos, naturalistas e botânicos, não sobrando protagonismo para os conservadores de museus, salvo raras exceções, como Luiz de Castro Faria e Heloísa Alberto Torres. É importante ainda ressaltar que o primeiro espaço brasileiro de formação profissional em Museologia nasceu dentro de um museu histórico e, assim, criou uma tradição de formar especialistas na identificação e

tratamento de coleções similares às encontradas neste museu. A Matriz de 1944 orientava, no último ano do curso, a ênfase em Museus Históricos e/ou Artísticos. Lembremos também ainda que não era senso comum que a Museologia possuísse um estatuto científico que respaldasse seu “lugar de fala” nos museus de coleções científicas, apesar de o Curso sempre ter oferecido disciplinas de Arqueologia Geral e Brasileira, bem como Etnografia. No entanto, somente em 1970, o Curso de Museus formou uma única turma específica de Museus de Ciência. Neste sentido, foi uma inovação de Chicó acrescentar estes conteúdos a sua proposta de matriz curricular para este [possível] Curso de Especialização.

Não podemos deixar de mencionar que, em 1966, o então presidente da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), José Azeredo Perdigão<sup>10</sup>, visitou o Rio de Janeiro por 20 dias. Em sua estadia, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em agradecimento aos investimentos da FCG na construção de um pavilhão para alojamento de estudantes na Cidade Universitária<sup>11</sup>, na época, em desenvolvimento. Foi agraciado com a Medalha do Mérito Dom Sebastião Leme da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), honraria conferida a personalidades do setor cultural, em agradecimento aos investimentos da FCG na criação do Centro de Estudos Históricos Luso-Brasileiros<sup>12</sup>, e ainda a Medalha Conde da Cunha do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.<sup>13</sup> Além disso, participou da inauguração da exposição “Memória de Bernardo Marques” no Museu de Arte Moderna (MAM-Rio)<sup>14</sup>, bem como financiou parte do Pavilhão de Exposições, situado à Avenida Chile, um presente enviado à cidade pelo Estado Português.<sup>15</sup>

10. José Azeredo Perdigão: (1896-1993), advogado português. Atuou como assessor jurídico do empresário Calouste Siris Gulbenkian, e, como tendo sido nomeado o principal tutor de seu espólio, criou, em 1956, seguindo orientação testamental, a Fundação Calouste Gulbenkian, tendo exercido a presidência desta entidade por 37 anos, até a data de seu falecimento.

11. CORREIO DA MANHÃ. Capa. Rio de Janeiro, 13 Ago. 1966, p.1.

12. CORREIO DA MANHÃ. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 25 ago. 1966, p. 2.

13. CORREIO DA MANHÃ. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 27 ago. 1966, p. 2.

14. CORREIO DA MANHÃ. 4ª Caderno. Rio de Janeiro, 21 ago. 1966, p. 7. Ver também CORREIO DA MANHÃ. 2º Caderno. 25 ago. 1966, p. 2.

15. Idem.

Dentre vários acordos de cooperação entre os dois países, privilegiaremos, neste estudo, o segmento dedicado à formação profissional, ou seja, os programas voltados a estágios e à pós-graduação. Este intercâmbio foi viabilizado por meio de bolsas de estudos fomentadas por um acordo bilateral, cada qual com suas atribuições e responsabilidades. Até o momento, identificamos, do lado brasileiro, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, do lado português, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Ministério de Negócios Estrangeiros, a Junta de Investigação do Ultramar e o Instituto de Alta Cultura<sup>16</sup>, autarquia ligada ao Ministério da Educação Nacional criada no Estado Novo português e extinta em 1976. Ao longo de cerca de 10 anos, foram oferecidas mais de cinco mil bolsas de estudos para pleito, distribuídas entre todas as áreas de conhecimento, inclusive nominalmente para a Museologia e suas — então — possíveis interfaces.

A fase de maior efervescência de oferta dessas bolsas de estudos ocorreu entre 1964 e 1973, período concomitante aos enormes e variados investimentos nos setores de Educação, Arte e Cultura realizados pela FCG no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro em decorrência das comemorações do IV Centenário da Cidade, como já observamos.

A primeira bolsa concedida a um museólogo refere-se à de Ecylla Castanheira Brandão (Turma de 1953), na área de História da Arte, contemplada no edital supracitado. A partir desta, houve uma sistemática concessão de bolsas a mais quatorze museólogos brasileiros, todos formados pelo Curso de Museus do MHN, conforme o levantamento realizado até o momento.

Os planos de trabalho pleiteados foram distribuídos entre os setores de Conservação-Restauração de Bens Culturais; História da Arte nos Museus; Museologia/Patrimônio e Cultura Portuguesa; e Museus e An-

16. O Instituto de Alta Cultura foi criado em 1936 no contexto do Estado Novo Português com o objetivo de regular e coordenar a investigação científica. Após o fim deste período político, em 1976, o órgão passou a denominar-se Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), permanecendo assim até 1992. Desde então, todas as atividades voltadas para a pesquisa científica foram transferidas para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), concentrando o domínio de todas as áreas de conhecimento. Baseado em: TORRALBA, Luís Reis; ESTHER, Angelo Brigato. *Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 56.

tropologia, quatro pontos basilares das propostas de âmbito cultural da FCG, bem como do Museu de Arte Antiga, instituição que recebeu pelo menos nove dos quinze “bolseiros” levantados até o momento da pesquisa: Ecylla Castanheira Brandão (1964), Marília Duarte Nunes (1964), Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento (1964-1965), Sérgio Guimarães de Lima (1965-1966), Lygia Martins Costa (1966), Regina Liberalli Laemmert (1966), Maria Augusta Freitas Machado da Silva (1966-1967), Almir Paredes Cunha (1966-1967/1971-1972), Beatriz Pellizetti (1967-1968), Maria de Lourdes Parreiras Horta (1967-1968), Maria Mercedes de Oliveira Rosa (1968) e Paulo Berger.<sup>17</sup> Fernanda de Camargo e Almeida (1969-1970) foi recebida pelo Museu Monográfico de Conimbriga e pela Universidade de Coimbra, para se voltar aos estudos sobre Arqueologia. Gerardo Alves de Carvalho, em 1967, e posteriormente, em 1970, Laís Scuotto (1973-1974), dedicaram-se aos conteúdos de Antropologia e Etnologia. Ambos foram bolsistas do Museu de Etnologia do Ultramar.

Um fator interessante a ser assinalado é a disparidade entre museólogos contemplados cuja experiência em museus já era relevante, como Regina Liberalli (Turma de 1937), Lygia Martins Costa (Turma de 1939), Maria Augusta Machado (Turma de 1947) e Therezinha de Moraes Sarmiento (Turma de 1958), o que denota um fôlego de busca por aperfeiçoamento técnico e teórico para a execução de suas funções nos museus em que já atuavam há anos, muitas vezes há décadas, ao mesmo passo que também foram contempladas bolsas para museólogos recém-formados, como Maria de Lourdes Parreiras Horta (Turma de 1965) e Laís Scuotto (Turma de 1970).

Os dados já coletados possibilitaram a elaboração de um quadro-síntese a respeito destes bolsistas, sua procedência institucional no Brasil, a origem do fomento recebido, a instituição hospedeira da bolsa e os conteúdos propostos para estudo, seja por meio de estágio ou de pesquisa de campo.

17. Quanto a este bolsista, ainda não foram encontrados os documentos de sua bolsa de estudos. Portanto, ainda não há como indicar qual foi a área de conhecimento à qual se dedicou.

Quadro 3 - Egressos do Curso de Museus que obtiveram Bolsas de Estudo em Portugal (1964-1973)					
PERÍODO	BOLSISTA	INSTITUIÇÃO PROCEDENTE	ORIGEM FOMENTO	INSTITUIÇÃO HOSPEDEIRA	ÊNFASE CONTEÚDO
1964-1966	Ecyla Castanheira Brandão	MHN	FCG*	MNAA	História da Arte Conservação de Têxteis
1964	Marília Duarte Nunes	Museu do Índio	FCG	----	Museologia / Antropologia
1964-1965	Therezinha M. Sarmiento	MHN / Museu da República	FCG	MNAA	História da Arte (Mobiliário)
1965-1966	Sergio Guimarães de Lima	MHN	FCG	MNAA (IJF)**	Conservação -Restauração
1966	Lygia Martins Costa	IPHAN	FCG	MNAA	História da Arte
1966	Regina Liberali Laemmert	MNBA	MNE***	MNAA	História da Arte
1966-1967	Maria Augusta Machado	INEPAC	MNE	MNAA	Museologia / Patrimônio Integrado
1966-1967	Almir Paredes Cunha	EBA / UFRJ	FCG	MNAA	História da Arte
1971-1972				MNAA (IJF)	
1967-1968	Beatriz Pellizzetti	SMEC - Curitiba	FCG	MNAA (IJF)	Conservação- Restauração
1967-1968	Maria de Lourdes P. Horta	Sem vínculo	FCG	MNAA (IJF)	História da Arte
1968	Maria Mercedes de O. Rosa	Museu IHGBA	FCG	MNAA FES**** PNA**** MSR*****	Museologia / Ourivesaria e Azulejaria
1967	Gerardo Alves de Carvalho	MHN	MNE	MEU*****	Museologia / Antropologia
1970					
1969-1970	Fernanda de C. e Almeida	MHN	IAA	MMC Univ. Coimbra	Museologia / Arqueologia
1972-1973	Lais Scuotto	Sem vínculo	MNE	MEU	Museologia / Antropologia
*Fundação Calouste Gulbenkian **Museu Nacional de Arte Antiga (Instituto José de Figueiredo) ***Ministério dos Negócios Estrangeiros ****Fundação Espírito Santo *****Palácio Nacional D'Ajuda *****Museu Soares dos Reis *****Museu de Etnologia do Ultramar *****Instituto de Alta Cultura					

Cabe lembrar que Portugal, durante o período do Estado Novo, estava em situação política e geográfica estrategicamente favorável ao desenvolvimento de políticas culturais voltadas aos museus, sobretudo durante e após a Segunda Guerra Mundial, visto que o país e suas ilhas se posicionam entre o Atlântico e o Continente. Para Rosas (1998, p. 268-269),

[...] as características e funções da neutralidade portuguesa, aliadas ao fato de, após a queda da França em 1940, [fez] Portugal se transformar no porto pacífico de entrada e saída da Europa ocupada e em guerra e à excepcional valorização estratégica das ilhas atlânticas portuguesas (especialmente dos Açores), conferiram ao governo de Lisboa um papel e uma proeminência internacionais sem precedentes na história recente do País. Salazar soube tirar os dividendos políticos internos deste curto período áureo do posicionamento externo português, melhor dizendo, soube negociar a manutenção de uma neutralidade funcionalmente favorável, no essencial, aos interesses aliados, em troca do seu empenhamento na defesa da continuidade do regime, designadamente durante o agitado período do fim da guerra.

Neste contexto, esta “neutralidade” propiciou que Portugal se tornasse polo de tecnologia de ponta nas áreas técnicas em museus, possibilitando, assim, a recepção destes bolsistas e o compartilhamento de novas metodologias de trabalho no campo técnico dos museus, abrangendo as funções de identificação, documentação, conservação-restauração, pesquisa e educação. Neste aspecto, a FCG possui grande parcela de responsabilidade pelos incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias para museus e instituições culturais. Nos países habitualmente associados ao “berço da Museografia e da Museologia”, como a Alemanha e a França, os museus haviam sofrido um sério abalo com a guerra, sendo desmontados e permanecendo estagnados em termos de atividades técnicas. O arranjo de uma política de museus voltada, sobretudo, para a museografia, como havia sido promovida pelo Escritório Internacional de Museus, também se mantivera paralisado em decorrência do conflito.

A Fundação Calouste Gulbenkian foi criada, em 1956, por José de Azeredo Perdigão para fazer cumprir o testamento deixado pelo armênio Calouste Saris Gulbenkian, engenheiro e proprietário de bases petrolíferas

no Oriente Médio. Após a invasão da França pelas tropas nazistas, em 1940, durante a Segunda Guerra, Gulbenkian — por ser considerado pela Inglaterra um “inimigo tático” — saiu de Paris e permaneceu em Vichy por cerca de dois anos, até conhecer Lisboa e resolver fixar ali sua residência. Nesta ocasião, Gulbenkian conhece Perdigão e o convida para se tornar seu assessor jurídico. A Perdigão é confiada a criação de uma instituição particular, portuguesa e perpétua, de fins caritativos, artísticos, educativos e científicos, conforme o Artigo 2º do Decreto-Lei nº 40.690, de 18 de julho de 1956, tendo como fundo praticamente todo o espólio de Gulbenkian, distribuído entre investimentos, ações, propriedades e obras de arte. Gulbenkian morre em 1955, e, após vencer uma batalha judicial contra Nubar Gulbenkian, filho do petroleiro, Perdigão cria a FCG por decreto junto ao então presidente Salazar (HEWINS, 2013).

O instituidor escolheu Portugal para instalar a sede da Fundação e quis que ela se constituísse de harmonia com as nossas leis, o que, antes de mais nada, vale como prova de afecto e de preferência pelo País, a que se acolheu em momento delicado da situação internacional, onde passou os últimos anos da sua operosa vida e onde fixou seu domicílio. [...] Bem sabia ele o valor da paz portuguesa e a garantia que ela representava para a obra que iria prolongar o seu pensamento.<sup>18</sup>

Devemos considerar, também, a situação política interna de Portugal no período em que estas bolsas foram concedidas. O país passava pelos últimos anos do Estado Novo salazarista, cuja tônica concentrava-se no ideário nacionalista, em grande ascensão desde a Exposição do Mundo Português de 1940, conhecida como Exposição dos Centenários de Portugal. Em um clima de forte nacionalismo, Portugal celebrava os oito séculos de criação do Estado português (1040) e os quatro séculos da Restauração da Independência da Espanha (1640).

A partir dos anos 1930 e 1940, foram criados vários museus regionais a fim de exaltar a vida rural e o homem campesino. Entre eles, o Museu de Ílhavo (1937), o Museu Etnográfico Municipal da Póvoa do Varzim

18. Decreto-Lei nº 40.690, de julho de 1956, que aprova os estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <<http://migre.me/uLZiq>>. Acesso em: 26 ago. de 2016.

(1937), o Museu de Etnografia de Vila Real (1940), o Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral (1940) e o Grémio da Lavoura de Vila do Conde (1948). Para Damasceno (2010, p. 9), estas instituições foram criadas com a intenção de “puxar a cultura dependente da esfera pública para um papel de representação, ou mesmo de exaltação do poder do Estado e das matrizes ideológicas a ele associadas”. A política cultural do Estado Novo apoiava-se na ideia de tradição — manter os costumes tradicionais do povo, por meio de estudos de Etnologia e preservação da Arte Popular. “A arte popular é uma parte importante da etnografia, que deve ser sempre considerada, podendo estudar-se sua evolução em paralelo com a arte superior ou erudita” (Ibidem, p. 28).

O Museu de Arte Antiga funcionou, para estes bolsistas, como um verdadeiro laboratório. Nele tiveram a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento de um museu estrangeiro de grande porte, pois estavam habituados ao ensino da Museologia dentro do MHN e, posteriormente, trabalhavam neste próprio museu ou em outras instituições, como Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico da Cidade, ou em autarquias de gestão do Patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou submetidos a secretarias municipais ou estaduais.

É possível que a viabilidade de manutenção deste programa por tantos anos tenha se creditado, além da facilidade quanto ao idioma, às novas legislações reguladoras da pós-graduação, bem como às consecutivas recomendações da CAPES nos anos 1960, no estímulo ao aperfeiçoamento profissional e no incentivo às parcerias bilaterais, em nível nacional e internacional, como é o caso apresentado. Foi a chance também, para alguns, de expandir as fronteiras com o resto da Europa. Vários bolsistas aproveitaram a oportunidade para conhecer museus e laboratórios franceses, italianos, suecos, espanhóis e alemães.

Em recente depoimento feito à autora, o museólogo Almir Paredes Cunha comentou sobre a expansão de sua rede sócio-profissional. Enquanto bolsista, ao levar a declaração chancelada pela FCG a qualquer museu, universidade ou laboratório, era como se não houvesse fronteiras entre o acesso público e restrito das instituições (ECHTERNACHT, 2016).

A museóloga e ex-bolsista Gulbenkian, Maria Mercedes de Oliveira

Rosa, relatou sobre a necessidade de visitar outros países europeus para o pleno cumprimento do Plano de Estudos, documento entregue no ato do pleito da bolsa de estudos, equivalente ao atual Anteprojeto de Pesquisa:

[...] Minha bolsa tratava de Prataria e Ourivesaria portuguesa, mas em Portugal não existe um estilo próprio de elaboração. Foram “importados” da França e da Itália desde as Cruzadas. Eu precisava ir à Itália e à França para verificar isso tudo. Pedi a autorização e me foi concedida, porque eu sabia que, apesar de não ter havido fiscalização aparente, eles sabiam tudo o que fazíamos. Quando a bolsa encerrou, eles próprios [a Fundação Calouste Gulbenkian] me convidaram a permanecer. (ECHTERNACHT, 2016a).

Conforme pode ser observado nos documentos constantes nos processos de Almir Paredes, Maria Augusta Machado da Silva e Regina Liberralli Laemmert, apresentam-se dissonâncias entre os benefícios recebidos por cada bolsista. Não observamos ainda um padrão processual: ora a CAPES aparece como agente de fomento, ora não. Até o momento, percebemos que não há recepção de outras bolsas quando a FCG é a principal mantenedora. Quando a bolsa é fomentada pelo Ministério de Negócios Estrangeiros, é usual a recepção de outras bolsas, geralmente provenientes da CAPES.

Outro aspecto que ainda não foi possível concluir com clareza até o momento da pesquisa diz respeito ao critério de seleção dos bolsistas no âmbito político de Portugal, no entanto, percebemos que, dentre os bolsistas compilados, nenhum possui histórico explícito de militância ou inclinação político-partidária, mesmo porque, o Brasil neste período também se encontrava nos anos mais duros do Regime Militar. Contudo, a partir do comentário de Mercedes Rosa — “apesar de não ter havido fiscalização aparente, eles sabiam tudo o que fazíamos” — e considerando que, usando as palavras de Salazar, “a Fundação [Calouste Gubenkian] [...] constitui um magnífico Ministério da Cultura” (TCHAMKERTEN, 2010, p. 75), acreditamos que as autoridades devam estar constantemente atentas às movimentações de todos os bolsistas financiados pelas iniciativas públicas e privadas em todas as áreas de conhecimento.

Ao final do programa de estudos, os bolsistas deveriam entregar aos seus respectivos órgãos de procedência e de fomento um “Relatório-Síntese”, composto das considerações a respeito das atividades realizadas nos estágios, bem como da análise voltada à adequação dos conhecimentos apreendidos na instituição de procedência do bolsista. Ao examinar alguns destes documentos, concluímos que eles se assemelham a uma monografia de final de curso de especialização *lato sensu*. Tal hipótese é um dos fios condutores da pesquisa que vem sendo realizada pelos autores no âmbito do NUMMUS e do PPG-PMUS, em nível de mestrado.

Maria Augusta Machado, bolsista pelo Ministério de Negócios Estrangeiros e amparada pela CAPES entre 1966 e 1967, elegeu como objeto de estudo um tema mais aproximado às discussões teóricas da Museologia. A então “bolseira” teve como objetivo fazer uma investigação sobre a Museologia Portuguesa firmando relações entre os conhecimentos desenvolvidos em Portugal e no Brasil, observando as soluções museográficas nas instituições pesquisadas e os problemas dos museus regionais.

Seu Plano de Estudos se baseava em:

Percorrer museus regionais, e, por comparações de critérios de trabalho, atuação sócio-cultural e organização seletiva, **formar uma ideia genérica do sistema**, chamado na Europa, “MUSEU REGIONAL”;

Estudar **os critérios adotados pelos museus regionais portugueses, com o objetivo de adaptá-los ao Museu da Cidade do Rio de Janeiro;**

Procurar, entre tradições e costumes portugueses, aqueles que mais influenciaram a constituição do lastro cultural do Estado da Guanabara;

Observados **os critérios de fixação museológica** dos diferentes processos e desenvolvimento urbano, suas motivações e consequências;

Estabelecer confrontos entre os museus regionais e os demais museus portugueses. (MACHADO, [1961-1966], grifo nosso)

Ao interpretar o Relatório-Síntese entregue à CAPES, Maria Augusta Machado procurou entender as instituições portuguesas em seus novos conceitos institucionais no pós-guerra. A fase do colecionismo já havia sido superada, dando lugar à fase didática, apoiada pela então Museologia contemporânea, isto é, “os objetos-síntese, valorizados por apresentações

estéticas e funcionais, são usados como elementos dinâmicos em esquemas educacionais”<sup>19</sup>, com o objetivo de criar “planos educacionais orientados pelo conservador de museus, adaptando-os para fins didáticos pelo técnico de educação e executados por equipes de monitoras preparadas para funcionar no Museu-Escola”.<sup>20</sup>

Vale comentar a utilização, por Maria Augusta Machado, dos termos e conceitos ensinados por Barroso na disciplina “Técnica de Museus”, cursada por ela em 1945. Nas observações feitas em seus relatórios no tocante aos problemas inerentes à comunicação dos objetos nas instituições, ela comenta que há “consequentes dificuldades de arrumação, tendo em vista que a riqueza dos ambientes palacianos não favorece os objetos e os conjuntos que devem ser usados museologicamente”.<sup>21</sup>

O objetivo de Maria Augusta nesta viagem de estudos é proporcionar uma análise global do panorama museal português, a fim de estabelecer contrapontos com a Museologia brasileira. Para tanto, ela procurou conhecer museus de todos os portes e origens, formações de coleções, planos museológicos e projetos estratégicos de *marketing*, conforme as tendências em vigência.

No que se refere aos museus regionais, ela os considera sem uma missão objetiva, é uma variável, adequando-se à identificação de cada povo, isto é, “sua área de ação é condicionada pelos elementos étnicos e socioeconômicos que marcam as características regionais”<sup>22</sup>. Portanto, “quase todos tendem a atuar no campo da Arte”<sup>23</sup> como forma de representação. A pesquisadora percorre os principais museus regionais de Portugal e elabora uma ficha de identificação dos mesmos, elegendo, como categorias de informação: a tipologia de acervo, a procedência e o tipo de *instalação* que abriga o museu. Em seguida, mapeia as características das regiões estudadas, categorizando os aspectos econômicos, materiais, de habitação, elementos típicos, artesanato, *status* social, a indumentária

19. MACHADO, Maria Augusta. *Relatório apresentado pela bolsista Maria Augusta Freitas Machado da Silva, Conservadora de Museus da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara*. 1967. (Coleção Maria Augusta Machado – NUMMUS/CCH/UNIRIO).

20. Idem.

21. Idem.

22. Idem.

23. Idem.

(traje regional) e, curiosamente, o tipo de pão geralmente consumido na região. Alguns destes aspectos sintonizam-se a um olhar relacionado aos estudos de patrimônio imaterial, ainda que as proposições legais tivessem sido sancionadas quase meio século mais tarde.

Outro caso singular é o de Fernanda de Camargo e Almeida, contemplada com bolsa de estudos pelo Instituto de Alta Cultura entre 1969 e 1970. A museóloga foi para Portugal com o objetivo de realizar estudos sobre Arqueologia Luso-Romana, culminando na defesa de uma tese e recebimento de título de doutoramento junto ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

DECLARAÇÃO. O DIRECTOR do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, declara para os devidos efeitos, que a tese de doutoramento de Fernanda de Camargo e Almeida, bolseira do Instituto de Alta Cultura no período 1969/1970, sobre o tema: O processo aculturatório Luso-Romano visto através dos Mosaicos de Conímbriga, foi apresentada, aprovada, e registrada devidamente. A presente declaração vai autenticada com o selo branco em uso neste Instituto. Coimbra, 25 de novembro de 1970. Jorge de Alarcão, O Director.<sup>24</sup>

Destes bolsistas podemos identificar, com clareza, que pelo menos oito seguiram a carreira acadêmica seja na conquista posterior de outros títulos, seja na atuação do magistério superior de maneira exclusiva ou concomitante com o trabalho em museus, conforme segue o quadro abaixo:

24. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Declaração de doutoramento de Fernanda Camargo e Almeida*, 1970. Coleção Fernanda Camargo Moro – NUMMUS/CCH/UNIRIO.

Quadro 4 – Ex-bolsistas que seguiram carreira acadêmica/magistério superior		
NOME	FORMAÇÃO POSTERIOR	ATUAÇÃO ACADÊMICA
Almir Paredes Cunha	Livre-Docência em História (UFRJ, 1974)	Professor do Curso de Museus (MHN); Professor da Escola de Belas Artes (EBA/UFRJ); membro-fundador do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/UFRJ).
Beatriz Pellizzetti Lolla	Doutorado em História (UFPR, 1980); Pós-Doutorado em História (Universidade de Paris X, 1983)	Professora de História da Universidade Federal do Paraná, nos níveis de graduação, mestrado e doutorado; professora visitante dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e UFRJ.
Ecyla Castanheira Brandão	Graduação em Museologia (Curso de Museus [MHN], 1948)	Professora de História da Arte na EBA/UFRJ e no Curso de Museus (MHN); professora de cursos de extensão em Museologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); ministrante de oficinas subsidiadas pelos governos federal e estadual de Santa Catarina e de Minas Gerais. Atuou no Museu da República (MR), Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e no MHN, chegando a ser diretora deste último. Participou de inúmeros projetos de inventários e de criação de museus.
Fernanda de Camargo e Almeida	Doutorado em Arqueologia (Universidade de Coimbra, 1970) Pós-Doutorado em História (Universidade Sorbonne, 1985)	Professora de Arqueologia no Curso de Museus (MHN); professora Catedrática na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio); professora de Museologia na Universidade de Bogotá; autora de artigos e livros publicados áreas da Museologia e da Arqueologia; museóloga-fundadora da Fundação Ema Klabin e do Ecomuseu de Itaipu; membro de elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento do MAST.
Gerardo Alves de Carvalho	Graduação em Museologia (Curso de Museus (MHN), 1948)	Professor de Etnografia do Curso de Museus (MHN); membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); autor de artigos publicados nos Anais do MHN.

Continua

Quadro 4 – Ex-bolsistas que seguiram carreira acadêmica/magistério superior. Continuação		
NOME	FORMAÇÃO POSTERIOR	ATUAÇÃO ACADÊMICA
Lygia Martins Costa	Graduação em Museologia (Curso de Museus (MHN), 1939)	Ministrou cursos e oficinas em programas de pós-graduação na UFPR e na Universidade Federal de Pernambuco; atuou como curadora em inúmeras exposições, entre as mais emblemáticas, a Memória da Independência (MNBA, 1972); atuou na criação de museus; especialista em Aleijadinho e Visconti, tornando-se referência para o estudo destes artistas; representou o Brasil junto à UNESCO como signatária da Carta de Santiago do Chile; atuou ativamente na arena política dos museus e do patrimônio; autora de inúmeros artigos nas áreas de Museologia e Arte.
Maria de Lourdes P. Horta	Doutorado em Museologia (Universidade de Leicester, 1992); Pós-Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFRJ, 2010)	Bolsista CNPq/British Council para Doutorado no Exterior; professora assistente em História da Arte e Técnica de Museus no Curso de Museus (MHN); professora em Curso de Especialização na UNIRIO; professora convidada em Programas de Pós-Graduação na UNIRIO, UFRJ; autora de artigos e livros publicados nas áreas de Museologia, Memória, Patrimônio, Comunicação, Semiótica e Educação em Museus; museóloga do Museu da Imagem e do Som, Museu de Artes e Tradições Populares, MNBA, Museu Imperial, chegando a ser diretora deste e Instituto Cravo Albin; Hoje presta consultorias por meio de sua empresa Patrimônio Criativo.
Marília Duarte Nunes	Licenciatura em Geografia e História (Universidade Federal do Paraná, 1953)	Professora conferencista de Técnica de Museus e Etnografia do Curso de Museus; ministrante de cursos de extensão e oficinas na UFJE, MHN e Universidade Gama Filho (UGF). Atuou como museóloga no Museu do Índio.
Sérgio Guimarães Lima	Livre-Docência (EBA/UFRJ, 1974)	Professor das disciplinas de Educação Artística, História e Crítica da Arte, Criteriologia, Estética e Cenografia. Atuou no Curso de Museus (MHN), EBA/UFRJ, Faculdade de Educação da UERJ, Universidade Federal de Juiz de Fora, PUC-Rio e UNIRIO. Atuou como museólogo no MHN, MR e MNBA.

Continua

Quadro 4 – Ex-bolsistas que seguiram carreira acadêmica/magistério superior. Continuação		
NOME	FORMAÇÃO POSTERIOR	ATUAÇÃO ACADÊMICA
Therezinha M. Sarmento	Especialização em Educação (UFRJ, 1974)	Bolsista da Organização dos Estados Americanos - OEA/Instituto Paul Coremans em Museografia; professora de Artes Decorativas e Mobiliário do Curso de Museus (MHN)/Escola de Museologia (UNIRIO); diretora da Escola de Museologia; decana do Centro de Ciências Humanas e Sociais; integrante de Comissões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a Conservação de Documentos; autora de publicações nos Anais do MHN, na Revista do IHGRJ; museóloga do MHN e MR.

Outros permaneceram vinculados unicamente aos museus, centros culturais e às autarquias de patrimônio, em nível estadual ou federal, aperfeiçoando as metodologias de trabalho nas áreas de conservação, documentação e gestão de coleções ou de instituições.

Quadro 5 – Ex-bolsistas que permaneceram na atuação profissional no âmbito das instituições museológicas e nas autarquias de patrimônio	
NOME	REPERCUSSÕES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL APÓS A BOLSA
Regina Liberalli Laemmert	Permaneceu como museóloga no MNBA, na área de Conservação e Curadoria de Exposições, até a aposentadoria.
Maria Augusta Machado da Silva	Coordenadora do Projeto “O Museu vai à Escola,” atividade educativa realizada no Instituto Souza Leão; chefe do Serviço de Museus do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); atuou como assessora de galerias de arte; participou do projeto de criação do Museu do Pontal; chefe de pesquisa do Museu Villa-Lôbos; especialista em cultura e arte popular, cultura negra, religiosidade, sincretismos e História do Rio de Janeiro, tendo publicado artigos e livros nestas áreas
Maria Mercedes de Oliveira Rosa	Museóloga responsável pela criação do Museu Carlos Costa Pinto, tendo sido sua diretora desde a data de criação até 2014; atuou na criação de museus públicos e privados; publicou livros e catálogos sobre Museologia, Prataria e Ourivesaria.
Laís Scuotto	Museóloga responsável pela criação do Museu Postal dos Correios; atuou na implantação de museus filatélicos em todo o país; coordenou a criação do Memorial Sarney; coordenou e participou do desenvolvimento de inúmeras exposições; foi a primeira presidente do Conselho Federal de Museologia.

#### 4. CONCLUSÃO

Para concluir, considerando o papel da CAPES junto a estes bolsistas (quando incidente), podemos, em primeira instância, interpretar este período como um primeiro movimento coletivo dos museólogos brasileiros em busca da pós-graduação no campo da Museologia. As características que delineiam essa premissa são: o fato de haver um plano de estudos, com proposta, objetivos, metodologia de trabalho e desenvolvimento embasado tanto em observação empírica quanto em literatura comentada; a figura do orientador, geralmente conservadores de museus especialistas nos temas propostos pelos bolsistas, e, em um caso explicitamente, o de Fernanda de Camargo e Almeida, um professor universitário; e, por fim, a entrega de um relatório monográfico, em que são apontadas as questões correspondentes ao plano de estudos, bem como identificadas algumas problematizações de caráter metodológico, e, em alguns casos, de âmbito teórico. O objetivo central das bolsas era “importar” dos museus portugueses o que havia de mais inovador para as instituições museológicas de origem destes estudantes. A proposta das bolsas era exatamente observar e avaliar as potencialidades de adaptação de formas de trabalho, no domínio da então denominada Técnica de Museus — Conservação, Documentação, Exposição, Educação e Pesquisa, e das coleções históricas, artísticas, etnográficas, arqueológicas ou científicas.

Em suma, foi com o desejo de aprimoramento e ampliação dos horizontes que esses bolsistas embarcaram para Portugal a fim de aperfeiçoar os conhecimentos técnicos, teóricos e metodológicos dentro dos museus portugueses de grande porte e que comportavam as novas tecnologias para reserva técnica e conservação-restauração de bens culturais, bem como novos conceitos de patrimônio integrado, exposição, documentação e educação em museus, sobretudo na relação entre as obras de arte e o visitante.

Com isto, pode-se dizer que este foi, extraoficialmente, o início da relação entre o campo da Museologia brasileiro com os estudos pós-graduados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luís Manuel Vieira de. A neutralidade e os pequenos estados: o caso de Portugal. In: *Arquipélago*. História. 2ª série, v. 1, n. 1, 1995. p. 319-331.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*: parte Especializada. v. II. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica. 1947. 459 p.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*: Parte Geral. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946. 338 p. v. 1

\_\_\_\_\_. *Introdução à técnica de museus*: parte especializada. v. II. Rio de Janeiro: Olímpica, 1947. 459 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Russio Camargo Guarnieri*: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: ICOM-BR, 2010.

DAMASCENO, Joana. *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

ECHTERNACHT, A. L. I. *Entrevista com Almir Paredes Cunha (Projeto de Extensão e Cultura – 10 anos do NUMMUS)* [não publicado]. Rio de Janeiro: jan-fev.2016. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil.

\_\_\_\_\_. *Entrevista com Maria Mercedes de Oliveira Rosa (Projeto de Extensão e Cultura – 10 anos do NUMMUS)* [não publicado]. Rio de Janeiro: jun. 2016a. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil.

HEWINS, Ralph. *A biografia de Calouste Gulbenkian*: o Senhor Cinco por Cento. Portugal: Texto Editores, 2013.

MACHADO, Maria Augusta. *Plano de Estudos*. [1965-1966]. Coleção Maria Augusta Machado – NUMMUS/CCH/UNIRIO.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ZANINI, Walter. *Observações sobre a situação atual da formação de museólogos no Brasil*. [comunicação evento] Rio de Janeiro: MHN; IV Congresso Nacional de Museus, 1965. (2 folhas). (Coleção Regina Liberalli Laemmert – Núcleo de Memória da Museologia no Brasil/NUMMUS/CCH/UNIRIO).

MIRA, Maria Helena Novaes. *Psicol. cienc. prof.* [online]. v. 24, n.3, p.109-109, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/uLZtt>>.

NUNES SOBRINHO, Geraldo; ZINN, Yuri Lopes. Dos custos financeiros da formação de doutores no exterior e as consequências nas políticas e programas de pós-graduação. *INFOCAPES: Boletim Informativo da CAPES*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 6-34, 2000.

ROSAS, Fernando (org.). *História de Portugal*: o Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978*: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Escola de Museologia, 2007.

SCHNEIDER, Tereza. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Bol. Mus. Para. Emí-*

*lio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SUCUPIRA, Newton. *A livre-docência: sua natureza e sua posição no ensino superior brasileiro*. *Fórum*, Rio de Janeiro, p. 3-42, jul.-set. 1977.

TCHAMKERTEN, Astrig. *Calouste Sarkis Gulbenkian: o homem e sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

TEMÁRIO DO IV CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS. MHN, 1965. (Coleção Regina Liberali Laemmert – Núcleo de Memória da Museologia no Brasil / NUMMUS / CCH / UNIRIO).

TORGAL, Luís Reis; ÉSTHER, Angelo Brigato. *Que universidade?: interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

Artigo recebido em: 30/08/2016

Artigo aprovado em: 03/07/2017